

Expresso 2010-10-30

Uma década sem gastar dinheiro em betão

É este o preço para corrigir as contas do país, defende Fernando Ulrich. “O pouco dinheiro que houver será para o essencial”

“Quando recebi o convite pensei: se convocam um homem de Deus é porque isto está muito mau”, revelou D. Carlos Azevedo, bispo auxiliar de Lisboa, no IX Seminário de Reflexão Estratégica organizado pela Centromarca, quarta-feira, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

O tema do encontro foi debater o papel da empresa e a sua responsabilidade na sociedade, um assunto que seguiu vários rumos numa conversa marcada pela crise e atravessada pela rutura entre o Governo e o PSD nas negociações da proposta de Orçamento do Estado para 2011. O bispo não tem dúvidas que “optar pela aus-

teridade, embora não agrade à economia, é o modo de corrigir o consumismo”. E apelou aos empresários para investirem “em países necessitados”, mas nunca numa lógica de “exploração, que não é um caminho sustentável”.

Fernando Ulrich, presidente do banco BPI, foi o orador mais aguerrido. Sem papas na língua atirou que “os dez milhões de portugueses têm de perceber que nos próximos dez anos não se vai investir em autoestradas, aeroportos, TGV (comboio de alta velocidade), nem na construção de escolas ou universidades”. Uma mensagem que deve ser passada ao país pelo Presidente da República, primeiro-ministro e restantes governantes, desafiou.

João Salgueiro, ex-presidente da Associação Portuguesa de Bancos, focou que esta crise não é igual às outras, pois tem subjacen-

te uma “alteração de paradigma”. Portugal tem de mudar de trilho. Por exemplo, a chave para se sair da armadilha do custo da dívida externa é ter uma economia que cresça mais do que os juros que temos de pagar. A mudança, segundo Carlos Costa, governador do Banco de Portugal, passa também por modificar o modelo social “que confunde proteção do trabalhador com proteção do posto de trabalho”. Não se pode impedir as empresas de se reorganizarem, sob pena de não conseguirmos “a necessária transformação”, apontou. Horários de trabalho menores e a partilha do emprego serão uma realidade, face ao desemprego, acredita Pedro Rebelo de Sousa, advogado e presidente do Instituto Português de Corporate Governance.

ANA SOFIA SANTOS
assantos@expresso.impresa.pt